

CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO: ABORDAGEM CONTINENTAL NO PERÍODO 2018-2021

TIAGO BRITO MARTINS¹
MOISÉS PAIS DOS SANTOS²

RESUMO

A corrupção é um fenômeno de alcance global que exerce impacto profundo na sociedade e no desenvolvimento humano. A compreensão desses assuntos é essencial para a formulação de políticas e estratégias eficazes no combate à corrupção, promovendo uma governança mais eficiente e maior integridade institucional. Este artigo tem como objetivo analisar, de forma abrangente, se há correlação entre os indicadores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), variável proxy da corrupção; ao longo do período 2018-2021, em países selecionados. Conclui-se que quanto maior o IDH, maior o IPC (percepção da corrupção). Portanto, corrupção e desenvolvimento humano estão negativamente correlacionados. No entanto, não se pode falar de relação de causalidade entre essas duas variáveis e o denominador comum entre elas está relacionado com a qualidade das instituições.

Palavras-chave: corrupção; desenvolvimento humano; instituições; IPC e IDH.

ABSTRACT

Corruption is a phenomenon of global reach that has a profound impact on society and human development. Understanding these issues is essential for formulating effective policies and strategies to combat corruption, promoting more efficient governance and greater institutional integrity. This article aims to comprehensively analyze whether there is a correlation between the Human Development Index (HDI) indicators and the Corruption Perception Index (CPI), a proxy variable for corruption; over the period 2018-2021, in selected countries. It is concluded that the higher the HDI, the higher the CPI. Therefore, corruption and human development are negatively correlated. However, we cannot speak of a causal relationship between these two variables and the common denominator between them is related to the quality of the institutions.

Keywords: corruption; human development; institutions; CPI; HDI.

1 Aluno do curso de Economia da Strong Business School. E-mail: tiago.martins@esags.edu.br

2 Professor na Strong Business School. E-mail: moises.santos@esags.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em um mundo envolto em preocupações, com desafios como a pandemia de Covid-19, conflitos globais, eventos climáticos extremos e uma crise de custo de vida. Esses elementos formam um "complexo de incerteza" inédito, composto por pressões planetárias, demandas por mudanças sociais e polarização. Esse cenário resultou em uma queda consecutiva no Índice de Desenvolvimento Humano global após a pandemia, evidenciando o impacto nas vidas e no desenvolvimento humano (UNDP, 2021-22).

Em 2022, ano de eleições gerais no Brasil, a economia brasileira experimentou um crescimento de 2,9%, mas a renda das famílias diminuiu e a inflação atingiu níveis preocupantes, ultrapassando 11% no acumulado de doze meses. A insegurança alimentar aumentou, com uma estimativa de 15 a 33 milhões de pessoas enfrentando a fome e cerca de 125 milhões lidando com algum nível de insegurança alimentar. Apesar da redução na taxa de desemprego ao longo do ano, alcançando 8,1%, o país ainda enfrenta desafios significativos, incluindo elevados índices de informalidade e desalento (ONU BRASIL, 2022).

Sendo assim, tanto no cenário nacional quanto internacional há desafios a serem superados no que tange à melhora no padrão de vida dos moradores deste planeta. Conforme indicado pelo Banco Mundial (2003), a corrupção compromete a capacidade do Estado de prover serviços públicos fundamentais, tais como educação e saúde, exercendo impactos adversos no desenvolvimento humano. Portanto, ela afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e prejudica a confiança nas instituições governamentais. Além disso, as práticas corruptas interferem na distribuição de recursos entre diferentes segmentos da sociedade corroborando para amplificar as desigualdades sociais já existentes.

Adicionalmente, a corrupção também tem repercussões econômicas significativas. O desvio de recursos financeiros e a distorção na alocação de investimentos podem resultar em perdas de produtividade, afetar a competitividade das empresas e prejudicar o crescimento econômico.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o grau de associação entre a corrupção e o desenvolvimento humano em países selecionados, ao longo do período 2018-2021. São objetivos

específicos deste estudo: a) resgatar as contribuições teóricas e empíricas sobre corrupção e desenvolvimento humano; b) analisar os dados de corrupção e desenvolvimento humano para um conjunto de países selecionados por continente; c) analisar os dados de corrupção e desenvolvimento humano para o caso brasileiro.

No que tange à questão metodológica, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da estatística descritiva. Juntas, elas fornecem os alicerces para a investigação científica, permitindo o acesso a um conjunto diversificado de informações e conhecimentos disponíveis. Essa abordagem metodológica ampla e abrangente foi adotada neste estudo para garantir uma resposta para a seguinte questão norteadora: de que forma a corrupção e o desenvolvimento humano, em países selecionados por continente, estão relacionados? A hipótese da pesquisa é que países com desenvolvimento humano elevado tendem a adotar menos práticas consideradas corruptas. Acredita-se que o denominador comum dessa correlação reside na qualidade das instituições (conjunto de regras formais e informais, conforme a escola da economia institucional).

Este estudo está organizado em cinco seções distintas, iniciando com a presente introdução. A segunda seção revisita a literatura relevante ao tema, destacando as contribuições de Furtado (2020), De Holanda (1936) e North (1991). A terceira seção descreve detalhadamente a metodologia empregada na pesquisa. Na quarta seção, são apresentados os resultados obtidos, enquanto a última seção é dedicada às considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção, inicialmente, apresenta os principais fundamentos teóricos referentes à análise entre corrupção e desenvolvimento econômico. Em seguida, realiza-se uma revisão crítica da relação percepção de corrupção e desenvolvimento humano.

2.1 Referencial Teórico

Esta subseção apresenta, resumidamente, as contribuições de Furtado (2020) e De Holanda (1936) para melhor compreensão da corrupção e do desenvolvimento econômico no Brasil.

Furtado (2020) proporciona *insights* valiosos sobre a interação entre a corrupção e o desenvolvimento econômico no contexto brasileiro. Ele argumenta que a corrupção, entendida como práticas desonestas e apropriação indevida de recursos públicos, tem raízes profundas na formação econômica e social do Brasil. Observou que a exploração dos recursos naturais, como o açúcar e o ouro, durante o período colonial, frequentemente envolvia corrupção e exploração desenfreada. Tendo em vista tal ponto, Furtado (2020) confirma que "A exploração dos recursos naturais e humanos estava intrinsecamente ligada a um sistema econômico que fomentava a corrupção e a concentração de poder nas mãos das elites coloniais".

No âmbito da abordagem institucional, Furtado (2020) examinou como a corrupção afetou a eficiência das instituições econômicas e políticas ao longo da história do Brasil. Ele argumenta que a falta de transparência e a corrupção sistêmica corroeram a capacidade do Estado de implementar políticas públicas eficazes e de promover o desenvolvimento econômico. Além disso, a corrupção mina a confiança nas instituições governamentais, prejudica a alocação de recursos e perpetua um ciclo de desigualdade e subdesenvolvimento.

Diferentemente da análise econômica, De Holanda (1936) acrescenta uma dimensão cultural à análise. Nessa análise o "homem cordial" descreve um traço cultural brasileiro caracterizado pela emocionalidade, relações pessoais e falta de distinção entre o público e o privado. Essa cultura pode influenciar atitudes em relação à corrupção e à ética no setor público, desempenhando um papel na perpetuação de práticas corruptas.

Adicionalmente, De Holanda (1936) introduz o conceito de "dominação legítima" em seu trabalho. Esse conceito refere-se à aceitação cultural da autoridade e do poder exercido pelas elites, muitas vezes sem questionamento. Tal conceito, pode estar relacionada à manutenção de estruturas de poder que contribuem para a corrupção, uma vez que as instituições e práticas corruptas podem ser toleradas em virtude da aceitação cultural da autoridade.

Além disso, o autor também destaca a importância de compreender as raízes históricas da corrupção no Brasil para formular políticas públicas eficazes. Ele argumenta que as reformas

institucionais são essenciais para combater a corrupção e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

O entendimento sobre as origens históricas da corrupção e seu impacto nas instituições políticas e econômicas do país são fundamentais para a análise contemporânea desse problema. Em sintonia com os pensamentos de Furtado (2020) e De Holanda (1936), North (1991) destaca que as instituições são regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade) e informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), reforça a importância das instituições no desenvolvimento dos países:

As instituições são restrições criadas pelos homens que estruturam a interação política, econômica e social(..). Ao longo da história, instituições foram criadas por seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza nas trocas. Juntamente com as restrições comuns da economia, elas definem o conjunto de opções e, portanto, determinam os custos de transação e produção e, portanto, a lucratividade e a viabilidade de se envolver na atividade econômica (NORTH, 1991, p. 97).

Para North (1991), as instituições evoluem de maneira gradual, estabelecendo conexões entre o passado, o presente e o futuro. A história é, em grande medida, uma narrativa a evolução institucional, na qual o desempenho histórico das economias só pode ser compreendido como parte de uma trajetória sequencial. Essas instituições proporcionam a estrutura de incentivos de uma economia; à medida que essa estrutura se transforma, ela configura a direção da mudança econômica, seja em direção ao crescimento, à estagnação ou ao declínio (NORTH, 1991).

Ainda na abordagem da economia institucional, destaca-se que as instituições são moldadas por interações humanas, sendo negociadas e monitoradas por códigos de conduta autoimpostos, represálias individuais e sanções sociais ou coercivas do Estado. As regras, formais e informais, tornam-se instituições somente quando são compartilhadas e aceitas voluntariamente ou impostas coercitivamente pelo Estado (DOS SANTOS; GODOY, 2017).

Por fim, no âmbito da economia do setor público, Gonçalves da Silva (2004) ressalta que a corrupção vai além de um tipo de crime; ela é uma atividade econômica que surge em determinados ambientes institucionais. No que tange à produção de bens públicos, existem três correntes que explicam as causas e as consequências da corrupção: uma delas está relacionada com o conjunto de teorias sobre a ação de *rent seeking* (caçadores de renda); a segunda corrente está ligada à teoria econômica da propina e a terceira visão relaciona eficiência, crescimento e desenvolvimento e corrupção.

2. 2 Referencial Empírico

A relação complexa entre a percepção de corrupção e o desenvolvimento humano tem sido objeto de estudo e pesquisa por vários anos. Um estudo relevante que contribui substancialmente para a compreensão dessa conexão é o trabalho desenvolvido por Conceição Martins *et al* (2020). Os desdobramentos dessa pesquisa indicam que à medida que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país aumenta, simbolizado por valores próximos a 1, a percepção de corrupção também se eleva, representada por um Índice de Percepção de Corrupção (IPC) próximo a 100. Essa conclusão sugere, no âmbito mundial, uma correlação inversa entre a corrupção e o desenvolvimento humano, indicando que nações com indicadores mais elevados de desenvolvimento tendem a manifestar uma percepção mais acentuada de corrupção.

No âmbito nacional, Pinho e Sacramento (2018) realizaram uma análise dos elementos no contexto socioeconômico e político do Brasil redemocratizado, examinando fatores que fortalecem ou ameaçam romper o círculo vicioso da corrupção que o permeia. Adotando uma abordagem qualitativo-interpretativista, o estudo proporcionou uma estrutura argumentativa que relaciona aspectos teóricos como o patrimonialismo e o *rent seeking* a dados empíricos do contexto histórico e socioeconômico-político brasileiro. A conclusão obtida foi que a corrupção no Brasil tem experimentado um aumento significativo nas últimas décadas. Apesar da implementação de instituições e leis voltadas para combater esse fenômeno, não se vislumbra, pelo menos a curto prazo, uma perspectiva concreta de interrupção desse círculo vicioso.

Já no âmbito municipal, Ribeiro e Gomes (2022) estudaram a influência da corrupção na pobreza dos municípios brasileiros entre os anos de 2005 e 2016. Para isso, utilizaram um modelo de dados em painel, sendo a variável dependente um indicador de pobreza e as variáveis explicativas, o número de processos julgados e investigados extraídos da CGU para os municípios brasileiros (variável *proxy* da corrupção). Os resultados dessa pesquisa apontaram para a conclusão de que a corrupção, de maneira indireta, amplia os níveis de pobreza nos municípios, em virtude das repercussões diretas e adversas na geração de emprego e renda, bem como na oferta e qualidade dos serviços públicos, como educação e saúde.

Ainda no âmbito municipal, porém com técnica econométrica diferente, Sodré e Arruda (2014) realizaram uma análise sobre o impacto da corrupção promovida pelos gestores municipais nos municípios brasileiros, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice de Gini para desigualdade de renda e os níveis de pobreza. Para tanto, adotaram o método de variáveis instrumentais e se basearam em um banco de dados derivado dos relatórios do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União (CGU). Os resultados indicaram que um aumento médio de cinquenta irregularidades cometidas pelos municípios resulta em uma diminuição de 4,5% no IDH-M, um aumento de 6,5% na concentração de renda, um acréscimo de 5% na proporção de pessoas em situação de pobreza, e uma redução de 7% na renda média desses indivíduos.

Pesquisadores alemães encontraram uma correlação positiva entre o aumento da população de cegonhas na cidade de Berlim e o aumento de partos fora dos hospitais da cidade (partos extra-hospitalares). No entanto, não houve correlação entre os partos em edifícios hospitalares (partos clínicos) e a população de cegonhas. Observou-se um declínio nos dados de 1971 a 1985. A partir disso, houve um leve aumento dos números de 1985 a 1993. Em seguida houve estabilidade até o ano 2000. Sendo assim, os dados revelaram que o número de cegonhas e o número de bebês caminhavam na mesma direção. No entanto, apesar da correlação positiva entre as variáveis estudadas, não foi possível concluir que o número de cegonhas influenciou o número de nascimentos de bebês. Portanto, não existiu uma relação de

causalidade entre essas duas variáveis intrigantes e que ainda despertam o imaginário de muitas crianças (e adultos) ao redor de todo o mundo. O denominador comum entre essas variáveis foi o processo de urbanização que ocorreu em Berlim (HÖFER *et al*, 2004).

Diferentemente da maioria dos trabalhos referenciados nesta seção, o presente estudo não trata a corrupção como sendo uma variável explicativa, mas como um fenômeno intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento humano, que se observa tanto nos diversos países dos cinco continentes do planeta quanto no caso brasileiro. Acredita-se que o denominador comum dessa correlação seja a qualidade das instituições.

3. METODOLOGIA

Conforme Gujarati e Porter (2011) a análise de correlação tem como objetivo medir a força ou grau de associação entre duas variáveis. Já na análise de regressão tenta-se estimar ou prever o valor médio de uma variável com base nos valores fixos de outras variáveis. Na análise de regressão há uma assimetria na forma como as variáveis dependente e explanatória são tratadas, pressupondo que a variável dependente é estatística, aleatória ou estocástica, com distribuição probabilística e as variáveis explanatórias têm valores fixos. Já na análise de correlação, as variáveis são tratadas simetricamente, não havendo distinção entre variável dependente e explanatória.

O método utilizado para esta pesquisa abrange tanto a pesquisa bibliográfica quanto a estatística descritiva, alinhando-se aos princípios delineados por Gil *et al* (2002). A pesquisa bibliográfica, conforme esses autores, tem como finalidade reunir informações relevantes e atualizadas sobre o tema em questão, fornecendo uma base sólida de conhecimento para responder aos problemas de pesquisa.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica envolveu a seleção cuidadosa de fontes bibliográficas, incluindo livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e outras fontes pertinentes. Essa etapa foi crucial para estabelecer uma compreensão sólida do campo de estudo e identificar as lacunas existentes no conhecimento.

Por outro lado, a pesquisa estatística descritiva envolveu a coleta e análise de dados quantitativos relevantes para a pesquisa. Através da estatística

descritiva, foi possível resumir e apresentar os dados de forma clara e concisa, identificando tendências e padrões que auxiliam na resposta aos objetivos da pesquisa.

O presente trabalho analisa a relação entre o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos cinco continentes do globo ao longo do período 2018-2021. Para a composição da amostra desta pesquisa foram selecionados os três países com os IPC mais elevados e os três países com os IPC mais baixos em cada continente.

A escala dos indicadores para a melhor compreensão e análise dos dados apurados está apresentada no quadro a seguir:

	IDH	IPC
Baixo	0,5	40
Médio	entre 0,5 e 0,8	entre 40 e 70
Alto	acima de 0,8	acima de 70

Quadro 1: Escala dos indicadores: IDH e IPC

Fonte: Transparência Internacional (2021) e UNDP (2021-2022). Elaboração própria.

Os dados de IPC foram coletados no site da Transparência Internacional enquanto os dados do IDH foram obtidos na plataforma digital da United Nations Development Programme (UNDP).

Em seguida, apresentam-se as estatísticas descritivas para o conjunto de 176 países das variáveis IPC e IDH para o ano 2021. A média da variável IPC foi igual a 43,45, portanto, uma percepção de corrupção de nível intermediário. O valor máximo atingido foi 88,0 (Dinamarca) e o valor mínimo foi 11,0 (Sudão). No que tange ao IDH, a média encontrada para o conjunto de países do globo foi 0,718 (alto IDH). O valor máximo atingido foi 0,962 (Suíça) e o valor mínimo foi 0,385 (Sudão). A correlação encontrada entre essas duas variáveis, no ano 2021, foi de aproximadamente 0,75.

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IPC	43,5	39,0	18,6	11,0	88,0
IDH	0,718	0,735	0,154	0,385	0,962

Tabela 1: Estatísticas descritivas, IPC e IDH, 2021, 176 países selecionados*

Fonte: Transparência Internacional (2021) e UNDP (2021-2022). Elaboração própria. * Devido à indisponibilidade de dados, não foram considerados os seguintes países: Coreia do Norte, Kosovo, Taiwan e Somália.

4. RESULTADOS

Inicialmente, faz-se uma breve discussão da relação entre o IDH e o IPC para um conjunto de 176 países no ano 2021. Observa-se claramente, conforme Gráfico 01, os países com IDH elevado, o IPC também é elevado e a dispersão dos dados é relativamente baixa. No entanto, para países com IDH baixo e médio, o IPC também é baixo, no entanto, a dispersão dos dados é maior.

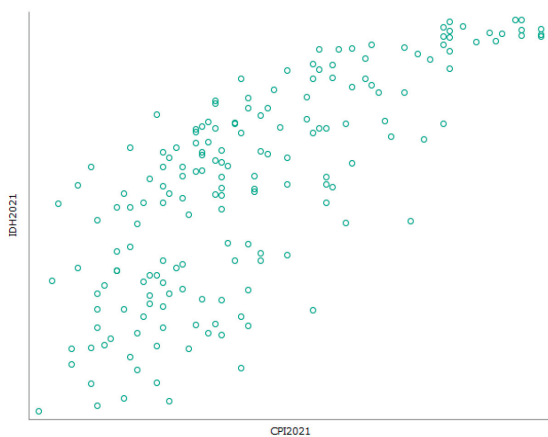


Gráfico 1: Dispersão entre o IDH e o IPC, 2021, 176 países

Em seguida, a análise concentra-se nas amostras de países por continente. Em resumo para a análise apresentada, conforme a Tabela 02, em diferentes continentes, países com IPC alto têm conseguido manter uma estabilidade em relação a corrupção ao longo dos anos.

No continente americano, Canadá, Uruguai e Estados Unidos, demonstraram-se relativamente estáveis, refletindo a manutenção de uma percepção alta de corrupção. Nos continentes europeu e asiático, Dinamarca; Finlândia; Noruega e Singapura; Hong Kong; Japão, o indicador analisado constou uma percepção de corrupção alta, positiva e estável. Na Oceania, a Nova Zelândia manteve um IPC alto e relativamente estável, enquanto a Austrália mostrou uma ligeira piora.

Por outro lado, países com IPC baixo frequentemente permanecem enfrentando problemas de corrupção. Na América, Haiti e Nicarágua tiveram uma piora em seus IPC, indicando uma percepção decrescente de corrupção. No continente africano, Sudão do Sul viu seu IPC cair, sugerindo uma piora no combate à percepção de corrupção.

No entanto, é importante notar que entre os países com IPC baixo, a tendência geral é de poucas melhorias evidentes. A piora na percepção de corrupção pode ser um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social, afetando a confiança das instituições e a eficácia do governo.

Continentes/Países	IPC					IDH				
	2018	2019	2020	2021	Variação (%) 2021 x 2018	2018	2019	2020	2021	Variação (%) 2021 x 2018
Americano										
Canadá	81	77	77	74	-8,6%	0,933	0,937	0,931	0,936	0,3%
Uruguai	70	71	71	73	4,3%	0,819	0,821	0,821	0,809	-1,2%
Estados Unidos	71	69	67	67	-5,6%	0,927	0,93	0,92	0,921	-0,6%
Venezuela	18	16	15	14	-22,2%	0,738	0,721	0,695	0,691	-6,4%
Haiti	20	18	18	20	0,0%	0,541	0,543	0,54	0,535	-1,1%
Nicaraguá	25	22	22	20	-20,0%	0,662	0,664	0,654	0,667	0,8%
Africano										
Seicheles	66	66	66	70	6,1%	0,8	0,802	0,793	0,785	-1,9%
Cabo Verde	57	58	58	58	1,8%	0,673	0,676	0,662	0,662	-1,6%
Botsuana	61	61	60	55	-9,8%	0,716	0,717	0,713	0,693	-3,2%
Guiné Equatorial	16	16	16	17	6,3%	0,601	0,605	0,599	0,596	-0,8%
Líbia	13	12	12	11	-15,4%	0,395	0,393	0,386	0,385	-2,5%
Sudão do Sul	17	19	19	19	11,8%	0,428	0,431	0,426	0,426	-0,5%
Asiático										
Singapura	85	85	85	85	0,0%	0,94	0,943	0,939	0,939	-0,1%
Hong Kong	76	76	77	76	0,0%	0,949	0,952	0,949	0,952	0,3%
Japão	73	73	74	73	0,0%	0,923	0,924	0,923	0,925	0,2%
Turcomenistão	20	19	19	19	-5,0%	0,746	0,742	0,741	0,745	-0,1%
Iêmen	14	15	15	16	14,3%	0,459	0,461	0,46	0,455	-0,9%
Síria	13	13	14	13	0,0%	0,58	0,584	0,577	0,577	-0,5%

Europeu										
Dinamarca	88	87	88	88	0,0%	0,942	0,946	0,947	0,948	0,6%
Finlândia	85	86	85	88	3,5%	0,936	0,939	0,938	0,94	0,4%
Noruega	84	84	84	85	1,2%	0,962	0,961	0,959	0,961	-0,1%
Bósnia e Herzegovina	38	36	35	35	-7,9%	0,776	0,783	0,781	0,78	0,5%
Ucrânia	32	30	33	32	0,0%	0,783	0,786	0,775	0,773	-1,3%
Rússia	28	28	30	29	3,6%	0,841	0,845	0,83	0,822	-2,3%
Oceania										
Nova Zelândia	87	87	88	88	1,1%	0,936	0,937	0,936	0,937	0,1%
Austrália	77	77	77	73	-5,2%	0,941	0,941	0,947	0,951	1,1%
Vanuatu	46	46	43	45	-2,2%	0,603	0,611	0,608	0,607	0,7%
Ilhas Salomão	44	42	42	43	-2,3%	0,566	0,567	0,565	0,564	-0,4%
Timor-Leste	35	38	40	41	17,1%	0,605	0,614	0,614	0,607	0,3%
Papua-Nova Guiné	28	28	27	31	10,7%	0,554	0,56	0,56	0,558	0,7%

Figura 2: Índice de Percepção de Corrupção (IPC) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Continentes e países, 2018-2021

Fonte: Transparência Internacional e UNDP (2021-2022). Elaboração própria.

Observa-se que, além do notável grau de associação entre o desenvolvimento humano e a corrupção, ao longo do período de 2021 em comparação com o período de 2018, especialmente nos países selecionados da amostra pertencentes aos continentes americano e Oceania, a percepção de corrupção apresentou uma piora. No que diz respeito ao desenvolvimento humano, registrou-se retrocesso em todos os países africanos contemplados na amostra. Entre os países da América, apenas Canadá e Nicarágua experimentaram alguma melhoria no desenvolvimento humano, contudo, essa melhoria foi bastante discreta. Em nenhum grupo de países observou-se a melhora ou piora de ambos os indicadores de forma simultânea.

4.1 Continente Americano

Conforme a Tabela 02, no continente americano, o Canadá e o Uruguai mantiveram uma alta percepção de corrupção, e isso se deve à sua política estável, democracia consolidada e compromisso com a transparência. O que reflete sua longa tradição democrática e instituições governamentais eficazes. Os Estados Unidos possuem um IPC relativamente alto, embora tenham enfrentado uma ligeira diminuição nos últimos anos, possivelmente influenciada por questões como escândalos políticos e polarização. Em contraste, a Venezuela, a Nicarágua e o Haiti possuem IPC notavelmente baixos, agravados por crises políticas e governo autoritários, incluindo

repressão política e restrições à liberdade de expressão.

A Tabela 02 também revela uma considerável disparidade entre os países da América. Algumas nações desfrutam de um sólido progresso econômico, enquanto outros enfrentam desafios econômicos significativos e permanecem atrasados. No Canadá, o IDH aproxima-se de 1, acompanhado por um nível de percepção de corrupção próximo a 100, ao longo de toda a série histórica selecionada. Isso significa que o Canadá é uma nação altamente desenvolvida com uma elevada conscientização sobre a corrupção entre sua população, ou seja, um país com baixos níveis de corrupção. Em contrapartida, a Nicarágua e o Haiti exibem valores muito baixos em ambos os índices, indicando que são países altamente corruptos e com um desenvolvimento limitado, ao longo de todo recorte escolhido.

4.2 Continente Africano

O continente africano possui um IPC baixo desde os países considerados mais ricos, com exceção de Seicheles que apresentou um índice igual 70 no ano de 2021. Seicheles e Cabo Verde têm os valores mais altos na África, em parte pode ser devido às políticas anticorrupção que o país tem implementado nos últimos anos, como por exemplo a entrada de Cabo Verde e Seicheles no *Open Government Partnership* (OGP) em 2015 e 2018. A OGP é uma iniciativa multilateral que visa garantir compromissos

concretos de governos nacionais e subnacionais para promover um governo aberto, capacitar cidadãos, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias para fortalecer a governança. Ambos os países passaram a assumir metas de transferências fiscais, acessibilidade de informações financeiras, jurídicas e política de dados abertos.

Ainda no continente africano, Guiné Equatorial, Sudão do Sul e Líbia apresentam índices de Percepção de Corrupção (IPC) baixos, o que reflete preocupações quanto à corrupção e falta de transparência. Esses países enfrentam desafios significativos de instabilidade política, onde conflitos prolongados, guerra civil e a ausência de controle territorial comprometem a eficácia na implementação de medidas anticorrupção.

Conforme a Tabela 02, notam-se tendências intrigantes em relação ao Índice de Percepção de Corrupção (IPC) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em alguns países africanos. Em Seicheles, ambos os índices permaneceram relativamente estáveis, indicando uma consistência nas condições de vida e na percepção de corrupção no país. O mesmo padrão de estabilidade foi observado em Cabo Verde, com variações mínimas em suas pontuações de IPC e IDH ao longo desse período.

Entretanto, a situação difere em Botsuana, que apresentou uma queda significativa em seu Índice de Percepção de Corrupção (IPC), passando de 61 em 2018 para 55 em 2021. Essa redução sugere uma possível deterioração da situação em relação à corrupção no país. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Botsuana também diminuiu, caindo de 0,716 em 2018 para 0,693 em 2021, indicando desafios no desenvolvimento humano, apesar de ainda manter um IDH relativamente alto em comparação com outros países africanos.

Por outro lado, países como Guiné Equatorial, Líbia e Sudão do Sul mantiveram Índices de Percepção de Corrupção (IPC) baixos e Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) igualmente baixos ao longo do período analisado. Essa constância sugere que esses países enfrentam desafios persistentes em termos de governança e desenvolvimento humano.

4.3 Continente Asiático

No continente asiático, Singapura, Japão e Hong Kong, mantêm IPC elevados devido a governos estáveis, aplicação rigorosa da lei e ênfase na transparência. Apesar de manter pontuação alta, Hong Kong enfrentou desafios políticos significativos nos últimos anos devido a protestos pró-democracia, o que pode ter influenciado ligeiramente sua classificação.

O Turcomenistão, por sua vez, mantém um resultado baixo, sendo governado por um regime altamente autoritário que impõe restrições à liberdade de imprensa e à participação política, comportamento evidenciado por suas ações. *“O regime é singular por suas excentricidades, tais como a decisão do ex-líder turcomeno, Saparmurat Niyazov, em trocar o nome do primeiro mês do ano (janeiro) para o seu o seu próprio; ou batizar o ‘pão’ (alimento primordial na cultura do país) de Gurbansoltan, o nome de sua própria mãe.”* (BILHAR, 2022).

O Iêmen e a Síria têm valores notavelmente baixos devido a conflitos armados e instabilidade política. A guerra e o colapso das instituições governamentais contribuem significativamente para essas classificações desfavoráveis.

Ainda no continente asiático, Singapura, Hong Kong e Japão mantiveram níveis consistentes de percepção de baixa corrupção, com pontuações estáveis de IPC variando entre 73 e 85. Além disso, esses países apresentaram desenvolvimento humano elevado, com IDH constante em torno de 0,939 a 0,952. Isso reflete a estabilidade nas condições de vida, na integridade do governo e no desenvolvimento humano nesses países. Por outro lado, o Turcomenistão, o Iêmen e a Síria enfrentam desafios significativos. O Turcomenistão manteve um IPC relativamente baixo, variando de 19 a 20, refletindo uma percepção de corrupção persistente. No entanto, seu IDH permaneceu estável, oscilando entre 0,741 e 0,746, indicando uma relativa consistência nas condições de vida.

O Iêmen teve uma percepção moderadamente baixa de corrupção, com IPC variando entre 14 e 16, enquanto o IPC da Síria permaneceu baixo, variando de 13 a 14. Ambos os países registraram IDHs relativamente baixos, com oscilações entre 0,455 e 0,461 para o Iêmen e entre 0,577

e 0,584 para a Síria, sinalizando a necessidade de melhorias tanto na percepção de corrupção quanto no desenvolvimento humano. Isso ressalta a diversidade de desafios enfrentados por diferentes países no que diz respeito à integridade institucional e ao desenvolvimento humano.

4.4 Continente Europeu

Países escandinavos como a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega são conhecidos pelos elevados índices de percepção da corrupção. Essa alta pontuação reflete a estabilidade política sólida que caracteriza essas nações, além de uma cultura de governança bem estabelecida e instituições transparentes. Esses países exibiram uma percepção alta de corrupção, com pontuações variando de 84 a 88. Além disso, o desenvolvimento humano permaneceu elevado, oscilando entre 0,936 e 0,962. Isso reflete a estabilidade nas condições de vida, na integridade do governo e no desenvolvimento humano nesses países.

Em países como Bósnia e Herzegovina, Ucrânia e Rússia, a situação é diferente. Ambos enfrentam desafios políticos consideráveis, decorrentes de instabilidade e divisões internas, o que impacta negativamente a percepção de corrupção em seus territórios. Esses países, por um lado, mantiveram IPC mais baixos, com oscilações entre 30 e 38. Por outro lado, o desenvolvimento humano desses países permaneceu em níveis relativamente baixos, variando entre 0,773 e 0,786. Isso indica a necessidade de melhorias tanto na percepção de corrupção quanto no desenvolvimento humano.

4.5 Oceania

A relação entre o tempo de independência de um país em relação a sua metrópole, a sua estabilidade e os níveis de corrupção é um ponto importante a ser considerado ao analisar diversos países na região da Oceania. É possível observar como a história da independência desempenhou um papel crucial na formação de suas instituições e na manutenção de níveis elevados ou baixos de corrupção.

A Nova Zelândia e a Austrália, por exemplo, obtiveram sua independência gradualmente no final do século XIX e início do século XX, culminando com o Estatuto de Westminster em

1931 e 1942. Esse processo permitiu que os países estabelecessem instituições democráticas sólidas e transparentes, promovendo uma cultura de integridade e governança eficaz. Como resultado, das possíveis justificativas, a Nova Zelândia e Austrália mantiveram um alto índice de percepção da corrupção, com pontuações variando de 73 a 88, refletindo ambientes de baixa corrupção. Além disso, o desenvolvimento humano desses países permaneceu elevado, oscilando entre 0,936 e 0,951, indicando condições de vida consistentemente positivas e desenvolvimento humano.

Por outro lado, nações como Vanuatu, Ilhas Salomão, Timor-Leste e Papua-Nova Guiné enfrentam desafios significativos em relação à corrupção e ao desenvolvimento humano. Esses países obtiveram independência mais recentemente, 1980, 1978, 2002 e 1975, respectivamente. A instabilidade política, a falta de instituições eficazes e os desafios na governança refletem-se na pontuação mais baixa. A corrupção e a falta de transparência são obstáculos significativos para o desenvolvimento dessas nações, destacando a importância do tempo de independência na construção de instituições sólidas e na manutenção da integridade governamental. Vanuatu, Ilhas Salomão, Timor-Leste e Papua-Nova Guiné enfrentaram desafios na percepção de corrupção e no desenvolvimento humano durante o período analisado. Esses países tiveram IPC oscilando entre 27 e 46, sugerindo elevado grau de corrupção. O desenvolvimento humano desses países permaneceu em níveis mais baixos, variando entre 0,554 e 0,614.

4.6 Brasil

A corrupção apresenta desafios significativos, com impactos visíveis em sua política, economia e sociedade. Compreender essas dinâmicas em um contexto brasileiro é de extrema relevância para a formulação de políticas públicas eficazes e a promoção da transparência.

O Gráfico 02 ilustra aumento significativo do IDH ao longo do período 2012 a 2019, entretanto, o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), apesar de relativa estabilidade ao longo de todo esse período, verifica-se uma discreta piora caindo de 43 para 38. Isso sugere que não há uma relação de causa e efeito entre essas duas variáveis. No entanto, há

uma correlação de aproximadamente -0,79 entre o desenvolvimento humano e a corrupção (Gráfico 03), confirmando os resultados revelados para os diversos países dos cinco continentes.

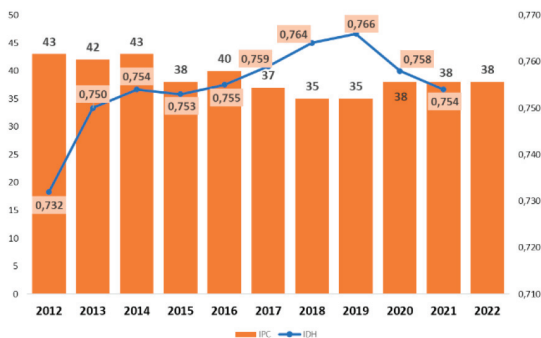


Gráfico 2: Evolução do IPC e do IDH, Brasil, 2018-2022*
Fonte: Transparência Internacional (2022) e UNDP (2021-2022). Elaboração própria.
 * Indisponibilidade do IDH para o ano 2022 até o momento da escrita do artigo.

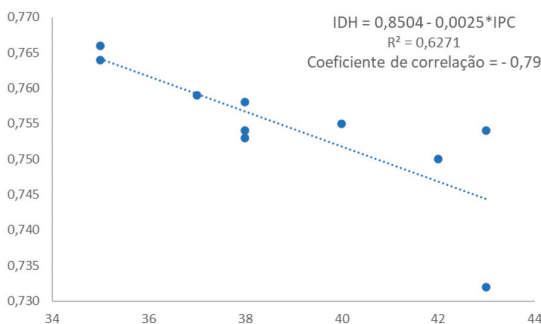


Gráfico 3: Correlação entre IPC e IDH, Brasil, 2018-2021
Fonte: Transparência Internacional (2022) e UNDP (2021-2022). Elaboração própria.
 * Indisponibilidade do IDH para o ano 2022 até o momento da escrita do artigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um obstáculo sério ao avanço de uma nação, minando os pilares fundamentais para o bem-estar da sociedade e perpetuando a exclusão social. Esta pesquisa analisou a correlação entre o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi encontrado uma alta correlação. Em geral, os países que se aproximam da pontuação de 100 no IPC, apresentaram uma tendência de ter um IDH próximo de 1, demonstrando excelente expectativa de vida, acesso à educação e o padrão de vida elevado.

Por outro lado, na maior parte dos outros países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, aqueles que obtiveram a pontuação baixa no IPC próximos de 0, observou-se uma tendência de possuir um grau baixo de IDH, estando mais perto de 0 do que de 1. É notável que em países com baixa percepção de corrupção, práticas corruptas são mais prevalentes do que em nações onde a população é mais vigilante em relação à integridade.

Para melhorar a percepção de corrupção em um país e atingir um nível mais alto de desenvolvimento, políticas públicas são necessárias para abordar aspectos essenciais do desenvolvimento humano, como saúde, educação e renda. Avaliar as necessidades e recursos em nível regional e local é crucial para direcionar políticas públicas adequadas em cada contexto. Monitorar continuamente o IDH e o IPC ao longo do tempo, em comparação com outros países, desempenha um papel crucial na identificação de lacunas e na promoção de um desenvolvimento mais equitativo.

Além disso tudo, pensando na proposição política desta pesquisa, fica evidente que a qualidade das instituições é um fator fundamental para a adoção de práticas de combate à corrupção e melhoria do desenvolvimento humano. Além de todo o arcabouço legal para criminalizar a corrupção, é fundamental que as autoridades e a sociedade estejam atentas aos mecanismos de execução das punições (*enforcement*).

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a utilização de técnicas econométricas para testar a influência da qualidade das instituições na percepção de corrupção e no desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ADES, Alberto; TELLA, Rafael Di. National champions and corruption: some unpleasant interventionist arithmetic. **The Economic Journal**, v. 107, n. 443, p. 1023-1042, 1997.

BANCO MUNDIAL. **World development report 2004: making services work for poor people**. The World Bank, 2003.

BILHAR, Mateus. **As singularidades da política externa e doméstica do Turcomenistão**: culto aos

líderes, política de clãs e sultanismo em Ashgabat. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/singularidades-politica-turcomenistao/>. Acesso em 03/01/2024.

CONCEIÇÃO MARTINS, Silvia et al. A relação entre percepção de corrupção e desenvolvimento humano: uma análise comparativa internacional 2012-2017. **Revista CESUMAR: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 25, n. 1, 2020.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; CÂNDIDO, Antônio; DE MELLO, Evaldo Cabral. **Raízes do Brasil**. J. Olympio, 1936.

DOS SANTOS, Moisés Pais; GODOY, Amalia Maria Goldberg. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA VISÃO DA ECONOMIA

GONÇALVES DA SILVA, Marcos Fernandes. Corrupção e produção de bens públicos. In: BIDERMAN, Ciro et al. **Economia do setor público no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2004.

INSTITUCIONAL. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 16, n. 31, p. 84-84, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GIL, Antonio Carlos et al. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5.ed. Amgh Editora, 2011.

HÖFER, Thomas; PRZYREMBEL, Hildegard; VERLEGER, Silvia. New evidence for the theory of the stork. **Paediatric and perinatal epidemiology**. p. 88-92, 2004.

NORTH, Douglass C. **Institutions. Journal of economic perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

ONU BRASIL. Relatório Anual 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em 05/01/2023.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento**. Revista Serviço Público Brasília 69,

edição especial. Repensando o Estado Brasileiro, p.181-209, 2018.

RIBEIRO, Lilian Lopes; GOMES, José Weligton Felix. Corrupção e pobreza nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 52, n. 1, 2022.

SODRÉ, Flavius Raymundo Arruda. **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2022**. Disponível em: <https://www.transparency.org/>. Acesso em 27/12/2023.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Report 2021-22**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>. Acesso em: 05/01/2024.

WEI, Shang-Jin. How taxing is corruption on international investors?. **Review of economics and statistics**, v. 82, n. 1, p. 1-11, 2000.